

# AGRICULTURA E QUESTÃO AGRÁRIA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO<sup>1</sup>

Gentil Corazza\*  
Orlando Martinelli Jr.\*\*

## RESUMO

*O texto analisa a agricultura e a questão agrária na história do pensamento econômico, destacando sua especificidade e seus problemas no âmbito da ciência econômica ao longo de sua evolução histórica. Nessa perspectiva, procura-se analisar o papel da agricultura na pré-história da ciência econômica, na Idade Antiga e Medieval, sua importância no modelo agrícola da Escola Fisiocrata e na Economia Política clássica, com ênfase na questão da renda da terra do modelo de Ricardo. Em Marx, a análise destaca o domínio da grande indústria sobre a agricultura. A parte final do texto analisa o debate da questão agrária entre populistas e marxistas russos, no âmbito da Cepal e no pensamento econômico brasileiro.*

*Palavras-chave: pensamento econômico, agricultura, questão agrária.*

## 1 INTRODUÇÃO

Na economia primitiva, o homem alimentava-se dos produtos naturais, que conseguia através da coleta, da caça e da pesca. Nesta fase da história econômica, o homem era dependente do que a terra lhe oferecia para viver. Aos poucos, aprendeu a cultivar a terra e a produzir seu sustento, conforme suas necessidades, tornando-se menos dependente e passando a exercer domínio sobre as condições naturais de sobrevivência.

Com o desenvolvimento da agricultura, o homem fixou-se ao solo e apropriou-se da terra. Com isso, surgiu a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes, os conflitos de interesses e o poder político do Estado. Criaram-se, assim, as bases materiais, sociais e políticas das primeiras civilizações agrícolas.

---

<sup>1</sup> A elaboração desta pesquisa contou com a colaboração do bolsista da Fapergs, Fábio Pesavento

\* Economista e professor da UFRGS - e-mail: gentil@inf.ufrgs.br

\*\*Economista e professor da UFRGS - e-mail: orlando.martinelli@inf.ufrgs.br

|                   |             |       |       |          |               |
|-------------------|-------------|-------|-------|----------|---------------|
| Teor. Evid. Econ. | Passo Fundo | v. 10 | n. 19 | p. 09-36 | novembro 2002 |
|-------------------|-------------|-------|-------|----------|---------------|

Foi a partir do excedente agrícola que se criaram as condições de transição das civilizações agrícolas para as civilizações comerciais. O desenvolvimento do comércio, ao mesmo tempo em que se nutriu do excedente agrícola também o promoveu e, juntos, criaram as bases para a Revolução Industrial.

Ao revolucionar o desenvolvimento das forças produtivas da terra e do trabalho, a Revolução Industrial abriu a perspectiva de um desenvolvimento ilimitado e livre dos entraves naturais e dos limites da produção agrícola, que se transformou em insumo para a produção industrial.

Mas a Revolução Industrial não se coloca apenas como um estágio mais desenvolvido dessa história econômica, pois que traz consigo uma mudança de natureza e finalidade das atividades econômicas, que não visam mais produzir simples bens úteis para atender às necessidades humanas, mas mercadorias. Estas, além de seus naturais valores de uso, passam a agregar também valores de troca, cuja produção e desenvolvimento se tornam objetivo central de toda economia.

É a partir do desenvolvimento do valor de troca, transformado em dinheiro, que se forma o capital, particularizado como capital agrícola, capital comercial, capital industrial e capital financeiro, ou universalizado como capital em geral. A partir do capital, todos aqueles elementos que haviam sido seus pré-requisitos ou pressupostos para sua existência transformam-se, agora, em resultados da produção regida pelas leis da valorização do capital. Todos os setores da economia, na produção de seus produtos específicos, passam a ser, sobretudo, setores de valorização do capital.

Finalmente, da mesma forma que os capitais agrícola e comercial subordinaram-se à lógica do capital industrial, também este último, a partir de certo momento da história econômica, passou a subordinar-se à lógica e dinâmica do capital-dinheiro-títulos-e-papéis-financeiros, formas abstratas e gerais da riqueza. Em resumo, se, no início da história econômica, a agricultura tinha por finalidade produzir alimentos, no final, seu objetivo passou a ser produzir dinheiro através da produção de alimentos.

A história do pensamento econômico também incorpora no plano teórico essas mudanças de papel sofridas pela agricultura ao longo da história econômica. Assim, na Antiguidade e na Idade Média, as primeiras idéias econômicas conferiam um papel eticamente superior às atividades agrícolas, em oposição ao artesanato e ao comércio, pois só a agricultura gerava os alimentos necessários para sobrevivência. No mercantilismo, em que predomina o comércio, a agricultura fica em segundo plano. Na verdade, ela divide com o comércio e o trabalho a responsabilidade pela geração do excedente econômico. Os autores fisiocratas e os principais autores clássicos, especialmen-

te Ricardo, calcaram seus modelos teóricos no comportamento do setor agrícola, considerando-o ora como motor, ora como obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Para Marx, o capital industrial subordina totalmente a produção agrícola. Para o pensamento neoclássico, o papel da agricultura perde sua especificidade e a terra torna-se um fator de produção, ao lado do trabalho e do capital. A partir de então, o tratamento teórico da agricultura praticamente desaparece da história do pensamento econômico. Na verdade, ele continua no debate econômico, especialmente dentro do marxismo, como questão agrária, presente nas regiões atrasadas, como a Rússia e América Latina, onde se discutem as diferentes estruturas da propriedade da terra como obstáculo ou não do desenvolvimento econômico.

O objetivo deste texto é fazer uma análise da agricultura como categoria analítica ao longo da história do pensamento econômico, ou, ainda, analisar como a ciência econômica tratou a especificidade do setor agrícola ao longo de sua evolução histórica.

Após esta introdução, o texto desenvolve ainda os seguintes tópicos: a agricultura na pré-história da ciência econômica; a Escola Fisiocrata ou a agricultura como motor da economia; Ricardo e o pensamento clássico – o modelo agrícola de uma economia industrial; Marx e o domínio da agricultura pela “grande indústria”; da questão agrícola para questão agrária.

## 2 A AGRICULTURA NA PRÉ-HISTÓRIA DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Na pré-história da ciência econômica, a análise da agricultura só pode ser compreendida a partir dos valores éticos, políticos, filosóficos e religiosos em que se situa a atividade econômica. A regra geral era que a produção de bens e a busca da riqueza material estavam subordinadas à finalidade de atender às necessidades humanas e não constituíam fim em si mesmo.

Assim, na Antiguidade oriental, entre povos hindus, chineses e mesmo hebreus, a riqueza era desprezada. Na filosofia que ali dominava, a pobreza era uma fatalidade, e a busca da felicidade era mais um estado moral e mental que resultado da posse de bens ou de riquezas materiais. Nesse contexto, a agricultura aparecia como a única atividade natural que se harmonizava com os princípios organizadores daquelas sociedades. Por isso, no pensamento econômico da época, a agricultura era considerada como atividade econômica central.

Na Grécia e na Roma antigas, a atividade agrícola era considerada a atividade econômica principal, sendo a unidade econômica básica a família, a qual era movida pelo trabalho escravo. Aristóteles e os romanos, a par de uma condenação ética ao

comércio lucrativo de bens e de dinheiro, atribuíam “grande superioridade moral à agricultura” (Galbraith, 1989, p.12), visão essa que faria eco aos autores fisiocratas franceses do século dezoito, como veremos. Na Idade Média, a agricultura continuou como atividade econômica principal, que dava sustento ao feudo, mantido com o trabalho servil. Em ambos os casos, trata-se de uma atividade agrícola voltada para a subsistência da sociedade,<sup>2</sup> sem qualquer fim lucrativo.

Nesse período histórico, a dominância dos valores sociais sobre os individuais, a filosofia ética e os valores religiosos, embora não condenassem a riqueza em si, pois a reconheciam como meio para um padrão de vida honesto e digno, significavam um freio ao desenvolvimento das atividades econômicas que visassem a algum ganho material. Prevalcia a idéia da economia doméstica (*oikos* - nomia, de Aristóteles), da economia da cidade-Estado, da economia do feudo ou da casa senhorial, ou seja, uma economia que estava a serviço das necessidades da comunidade familiar ou social, sob direção do pai de família, do rei ou do senhor feudal, a fim de promover o bem-estar da comunidade. Na verdade, a única atividade eticamente aceita era a agricultura de subsistência (Rima, 1987, p.33), pois, tanto o comércio de bens, cuja troca visasse a um lucro, como o comércio do dinheiro, com objetivo de obter juros, eram eticamente condenáveis, visto que tanto o lucro comercial como a usura eram contrários à natureza. No contexto e no pensamento econômico da época, “o homem de negócios é um ser fora da natureza”. O dinheiro não pode gerar mais dinheiro, e as trocas não podem propiciar ganhos, pois deve vigorar o “justo preço”. Só a agricultura é eticamente defensável, na medida em que seu resultado se harmoniza com a promoção da sobrevivência humana e do bem-estar social.

Com efeito, Aristóteles se pergunta: “Quais são efetivamente os modos naturais da aquisição dos bens”? E responde que são a “agricultura, a pecuária, a pesca, a caça”. Ele defende a ‘oikonomia’ e condena a ‘crematística’, que visa atividades lucrativas, pois ‘a agricultura contribui poderosamente para fortificar o caráter, porque [...] dá-lhe força para trabalhar duramente e suportar a vida ao ar livre”. (apud Denis, 1987, p.57).

No contexto de tal filosofia ética, nem havia estímulo para o desenvolvimento econômico, nem este poderia ser objeto de explicação científica, pois que não consti-

---

<sup>2</sup> Na verdade, trata-se de um mundo ainda totalmente agrícola, onde inclusive as cidades estão integradas na vida rural, como bem salientou Marx: “A história antiga clássica é a história das cidades, porém das cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura; a história asiática é um a espécie de unidade indiferenciada de cidade e campo, [...] A Idade Média (período germânico) começa com o campo como cenário da história, cujo ulterior desenvolvimento ocorre, então, através da oposição entre cidade e campo; (a história) moderna consiste na urbanização do campo e não como entre os antigos, na ruralização da cidade” (Marx, 1977, p.74-75).

tuía objeto autônomo e fim de si mesmo. Com o alvorecer do Renascimento, libertam-se não só as forças produtivas da economia, fazendo reviver a agricultura, o comércio e artesanato, como rompem as amarras filosóficas e ético-religiosas, promovendo-se o indivíduo e seus interesses, os valores dos ganhos materiais, a secularização da vida e, com eles, também o objeto econômico ganha autonomia e necessidade de explicação científica.

No final da Idade Média, o mercantilismo representa um longo período de transição, dominado não mais pela agricultura, mas pelo capital comercial, o qual criou as condições para o surgimento do modo capitalista de produção; com ele a atividade econômica não está mais subordinada a outras finalidades, mas torna-se fim de si mesma. Nesse longo período de transição, começa também a haver mudanças no papel da agricultura, que passa a dividir com o trabalho a responsabilidade pela geração do excedente econômico e da riqueza. Isso fica claro na posição de William Petty, principal autor mercantilista, quando diz que a terra é a mãe e o trabalho é o pai da riqueza e do excedente econômico.

Este será o tema principal da análise clássica, que tem nos economistas fisiocratas seus avançados precursores.

### 3 A ESCOLA FISIOCRATA OU A AGRICULTURA COMO O MOTOR DA ECONOMIA

Para François Quesnay, o fundador da Escola Fisiocrata, a riqueza das nações dependeria da agricultura, o único setor produtivo da economia, uma vez que só a terra teria a capacidade de multiplicar alimentos. Por isso, logicamente, era em torno dela que deveria se organizar toda a atividade econômica do país. A agricultura deveria receber também todos os favores do governo, pois de seu desenvolvimento dependeriam todo desenvolvimento econômico, as finanças do Reino e o bem-estar social. O próprio comércio e a manufatura tinham seu desenvolvimento atrelado ao desenvolvimento agrícola.<sup>3</sup>

Na economia fisiocrata, há três classes sociais, com funções econômicas distintas: a classe produtiva, a classe proprietária e a classe estéril. A classe produtiva compreende todos os trabalhadores do campo, sem distinção de seu papel econômico específico,

<sup>3</sup> “Com efeito, sem os produtos de nossas terras, sem os rendimentos e as despesas dos proprietários e dos cultivadores, donde surgiriam o lucro do comércio e o salário da mão-de-obra?” (Ined, apud Kuntz, p.22). Isto quer dizer que todo desenvolvimento econômico depende do excedente agrícola, ou seja se os agricultores produzirem mais do que consomem, ou se houver *produit net*. Quanto maior for a produtividade rural, ou o produto por trabalhador, mais a economia agrícola e a urbana se desenvolverão.

ou seja, sem distinguir empregados e empregadores. A classe proprietária compreende a Coroa, a aristocracia rural, a nova burguesia proprietária de terra e o clero, ou seja, os receptores da renda fundiária, dos impostos e dos dízimos. A classe estéril compreende todos os trabalhadores urbanos, comerciantes, artesãos, profissionais liberais e serviços.<sup>4</sup>

Nessa economia, só a agricultura tem poder de gerar produto líquido, um excedente em relação aos custos agrícolas, o qual, transferido aos proprietários fundiários na forma de renda da terra, é a causa ou o motor do desenvolvimento econômico.

A teoria fisiocrata está construída em torno do conceito central de produto líquido (*produit net*), cuja origem está na agricultura e sua causa é a fertilidade da terra. Todas as idéias econômicas se articulam em torno deste conceito. A análise do produto líquido pode ser feita a partir de respostas a algumas questões: qual a origem, qual a natureza e como se distribui esse produto líquido? Quais as políticas mais adequadas ao crescimento do produto líquido e quais as desfavoráveis? Qual a melhor distribuição do excedente que favorece o crescimento econômico? De que depende o crescimento econômico, segundo esta teoria econômica? No que segue, procuraremos analisar o tema, buscando responder a essa seqüência de perguntas.

Talvez, a maneira mais objetiva para compreender a agricultura na teoria fisiocrata seja seguir os passos de Napoleoni (1977, p.10), ou seja, reconstruir a situação da economia francesa, que serve de pano de fundo para o raciocínio econômico fisiocrata.

Na metade do século dezoito, a economia francesa era ainda essencialmente agrícola, apresentando duas situações bem distintas: no norte do país, a terra estava concentrada em grandes propriedades, que praticavam uma agricultura capitalista, tocada pela nova figura econômica, o arrendatário rural, que empregava trabalhadores assalariados. Em contraste com esse quadro, no sul da França, predominavam a pequena propriedade e uma agricultura camponesa de subsistência e atrasada, onde o trabalho agrícola era predominantemente não assalariado e a sua produtividade, muito menor do que a do norte. Já nas cidades, predominavam um artesanato e um comércio ainda não dominado pelo capital.

É a partir do confronto dessa situação que se elabora o pensamento econômico dos fisiocratas. Estes primeiros economistas possuem a compreensão do papel da organização capitalista da agricultura, capaz de gerar um excedente agrícola, que a agricul-

---

<sup>4</sup> “Quem compra os trabalhos da indústria paga as despesas, a mão-de-obra e o ganho dos comerciantes, mas esses trabalhos não produzem nenhum rendimento além disso. Assim, todas as despesas de trabalhos da indústria só se tiram do rendimento dos bens fundiários, pois os trabalhos não produtores de rendimentos só podem existir pelas riquezas de que os paga”. (Ined, 1958. apud Kuntz p. 24).

tura camponesa não consegue, de modo que propunham a expansão da agricultura capitalista, como modelo para todo o país. No entanto, como frisou Marx (1987), a essência burguesa da teoria fisiocrata ainda estava encoberta por uma máscara feudal.

Como vemos, esse quadro já permite levantar uma primeira dúvida sobre a verdadeira origem do produto líquido no pensamento fisiocrata. Já foi dito que era a fertilidade do solo a responsável pela geração do produto líquido, mas podemos perguntar se é apenas a fertilidade ou se a forma de organizar o trabalho e a produção também contribuem para aumentar o excedente gerado na agricultura? A resposta seria afirmativa, pois apenas a agricultura capitalista do norte gera produto líquido; a do sul, embora possa contar com terra fértil, não gera produto líquido. Mais que isso, será a terra ou o trabalho agrícola. Poderíamos dizer que é o trabalho agrícola e não apenas o trabalho agrícola, e, sim, o trabalho agrícola no contexto das relações capitalistas de produção.<sup>5</sup>

Dessa forma, podemos também responder que, para a fisiocracia, o crescimento econômico não depende da atividade agrícola em si mesma, mas da acumulação de capital na agricultura, e esse crescimento será máximo quando toda agricultura estiver organizada e produzindo de forma capitalista. Para os fisiocratas, portanto, a política do governo deve favorecer o curso da ordem natural do desenvolvimento agrícola, pois é dele que depende a prosperidade de todos.<sup>6</sup>

Em relação à natureza e à medida do excedente, é concebido ainda em termos físicos ou como valores de uso e não como valores de troca, não havendo necessidade de uma teoria do valor para explicar sua natureza. Como Quesnay não havia ainda elaborado uma teoria do valor, tinha dificuldade em explicar a natureza e a medida do excedente; por isso, concebia em termos físicos, como quantidade de grãos de uma colheita, após descontar as sementes e os alimentos dos trabalhadores consumidos no processo de produção.

Outro fator importante para o desenvolvimento econômico era o *bon prix* do produto agrícola, como diz Quesnay, “abundância e preço alto é opulência”. O *bon prix* depende do tamanho do mercado, da liberdade das trocas e da livre concorrência entre produtores e consumidores. Quesnay adverte sobre a política de baixar preços

<sup>5</sup> “Que as terras utilizadas no cultivo de cereais sejam reunidas, na maior medida possível, em grandes fazendas exploradas por ricos agricultores. [...] A multiplicidade de pequenos colonos mostra-se prejudicial à população”. (Quesnay, 1978, p.164).

<sup>6</sup> A “...prosperidade da agricultura, que é a fonte de todas as riquezas” [...]. “Que o soberano e a nação jamais percam de vista que a terra é a única fonte de riqueza e que é a agricultura a fonte que a multiplica” [...]. “Que não se impeça o comércio exterior dos produtos agrícolas, pois tal é a venda, tal é a reprodução” (Quesnay, 1978, p.159, 160, 164).

para favorecer o consumo interno como um dos fatores que bloqueiam o desenvolvimento agrícola.<sup>7</sup>

Finalmente, cabe analisar a questão da distribuição do produto líquido e suas implicações para o desenvolvimento do país. Como sabemos, na teoria fisiocrata, todo o produto líquido é apropriado pela classe proprietária como renda da terra. Esta teoria, que, na visão de Marx, possui uma aparência feudal, mas uma essência burguesa, tinha consciência da necessidade de se investir a maior parte do excedente, pois dele dependia o crescimento econômico. Embora formalmente confundisse a classe proprietária como a classe capitalista, na prática sabia ser o arrendatário o verdadeiro capitalista e, para tanto, procurou fazer uma reforma tributária, cujo imposto único recaísse totalmente sobre a renda da terra e, dessa forma, impedisse que a nobreza consumisse a fonte do investimento produtivo.

No entanto, tal reforma se afigurava como uma mudança muito avançada para a época e não pôde ser implementada. Essa derrota representou também a queda do fisiocrata Turgot do seu posto no Ministério da Economia e o fim da Escola Fisiocrata. Esta escola, embora tivesse dominado o pensamento econômico por um curto período de tempo, aproximadamente entre 1756 e 1776, deixou raízes profundas no posterior desenvolvimento da ciência econômica, a começar por Adam Smith e a economia política clássica.

#### 4 RICARDO E O PENSAMENTO CLÁSSICO O MODELO AGRÍCOLA DE UMA ECONOMIA INDUSTRIAL

David Ricardo representou o mais alto desenvolvimento da economia política clássica. No entanto, seria difícil compreender seu pensamento sem analisar alguns pontos do pensamento de Smith, embora a compreensão do papel da agricultura só fique realmente realçada analisando-se o modelo de Ricardo.

Em Smith, a agricultura começa a perder o *status* central que ocupava na fisiocracia, passando a subordinar-se à dinâmica da acumulação de capital da economia como um todo. A razão básica desse deslocamento do papel da agricultura está na mudança de foco sobre a origem e a natureza do produto líquido ou do excedente econômico,

---

<sup>7</sup> “Entre todos os homens que produzem por seus trabalhos, os que só consomem o que produzem e tudo que produzem são os menos proveitosos para o Estado. Tais são os camponeses, os pobres que só cultivem algumas produções de preço vil, que delas se alimentam, que nada vendem, nada compram e só se ocupam de prover, difícil e miseravelmente, às suas necessidades; estes homens que se multiplicam na proporção em que seus governantes os arruinam e arruinam o Estado, enfim perecem, e o território abandonado, não submete senão terras incultas à dominação do soberano” (Quesnay, apud Napoleoni, 1978, p.30).

que passa da terra ou do trabalho agrícola para o trabalho enquanto tal, como declara expressamente no início de sua obra maior: “O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações” (Smith, 1983, p.35).

Com efeito, para Smith, toda riqueza das nações é fruto do trabalho humano. Não apenas do trabalho agrícola, que é produtivo fundamentalmente porque usufrui da fertilidade natural da terra, como afirmava Quesnay, mas todo o trabalho produtivo, submetido à divisão do trabalho e à especialização, produz um excedente de produto superior a seus custos. Por um lado, Smith considera ainda o trabalho agrícola mais produtivo do que o trabalho dos artesãos e comerciantes, pois os trabalhadores agrícolas produzem não só para sua subsistência e para o lucro dos seus empregadores, mas também uma renda para os proprietários da terra, e isso parece ainda uma aproximação com a teoria fisiocrata. Por outro lado, ele considera que o trabalho industrial tende a ser o mais produtivo, porque na indústria a possibilidade de divisão e especialização do trabalho é muito maior do que na agricultura.

A consequência dessa posição de Smith sobre a origem do excedente é a mudança de natureza do mesmo, que não é mais física, pois não se trata mais de produto físico, medido em termos puramente quantitativos, sem considerar sua natureza, pois que o trabalho não cria produtos físicos, e sim valor de troca ou valor econômico agregado aos produtos materiais, o qual se mede pelo tempo de trabalho necessário à sua produção.

No entanto, apesar de o setor agrícola deixar de ser o centro dinâmico da economia, na estrutura da análise clássica, o *status* que a agricultura ocupa como produtora de alimentos e matérias-primas para a indústria, mesmo em posição subordinada, seu comportamento tem efeitos que afetam toda dinâmica econômica, ou seja, a expansão agrícola depende da demanda de alimentos, motivada tanto pelo crescimento demográfico como pelo próprio crescimento econômico. O fundamental é que esse aumento da demanda de produtos agrícolas tem efeitos distributivos sobre as classes sociais, fato que também afeta a dinâmica do próprio crescimento econômico.

É nessa perspectiva também que se insere o pensamento de Malthus, na medida em que a capacidade da agricultura em produzir alimentos é limitada e cresce apenas a uma taxa aritmética devido à lei dos rendimentos decrescentes,<sup>8</sup> ao passo que a po-

<sup>8</sup> A lei dos rendimentos decrescentes da terra formulada inicialmente por Turgot, já em 1768, no que foi seguido por James Anderson e Malthus, em 1777 e depois Ricardo, em 1817, pode ser definida da seguinte forma: à medida que a terra é cultivada mais intensamente o rendimento aumenta em razão menor que a do custo, ou seja, cada unidade do produto agrícola se torna mais cara.

pulação cresce a uma taxa geométrica. A solução para o problema, para Malthus, não está em procurar aumentar a produtividade da terra, melhorando as formas de seu cultivo ou introduzindo progresso técnico, mas em controlar o crescimento da população. Em termos econômicos, a limitação da terra em produzir alimentos necessários para atender à demanda vai implicar um aumento crescente da renda da terra, apropriada pela nobreza proprietária, como será visto com mais detalhes ao analisarmos o pensamento de Ricardo.

Diferentemente de Smith e, mais tarde, de Ricardo, para Malthus, as crescentes rendas da terra não representavam um bloqueio ao crescimento econômico, pois seus detentores, os proprietários de terra, estimulariam novos investimentos de capital na agricultura, de modo que parte das rendas futuras pudesse ser considerada como lucros.

De qualquer modo, tal como nos demais autores clássicos, o efeito combinado da acumulação de capital e do crescimento demográfico implica maior demanda de alimentos, aumento dos salários nominais de subsistência, maior renda da terra e queda dos lucros, criando a perspectiva do Estado estacionário.

Portanto, a análise de Malthus sobre a população e a produção de alimentos lançou uma sombra de pessimismo sobre o futuro da economia e da sociedade.

Em Ricardo, a produtividade agrícola também condiciona toda a economia, afetando não só o valor dos alimentos e os salários industriais, mas também os investimentos, os lucros e o crescimento do produto nacional. O papel da agricultura em Ricardo deve ser analisado no contexto histórico do seu tempo, ou seja, em decorrência das guerras napoleônicas e das más colheitas, a economia britânica era importadora líquida de alimentos, fato que provocou aumento nos preços dos cereais e também das rendas do solo. A isso se combinava a proteção à agricultura britânica conferida pelas Leis do Trigo. Nesse contexto, a agricultura mudara sua posição em relação ao resto da economia, devido à proteção que tais leis lhe asseguravam, pela proibição da importação de alimentos. A importância da agricultura no pensamento de Ricardo é tal que a evolução do produto da terra terá o poder de determinar não só a tendência do desenvolvimento econômico, mas, também, a distribuição da riqueza entre as classes sociais, como se pode deduzir desde as primeiras passagens de sua obra maior.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> “O produto da terra [...] se divide entre as três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores, cujos esforços são empregados no seu cultivo. Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob o nome de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes, o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e da população, e da habilidade, a engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura. Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política” (Ricardo, 1982, p.39).

Pode-se dizer que o modelo econômico de Ricardo considera a economia como se fosse uma grande fazenda agrícola, dedicada à produção exclusiva de trigo, aplicando-se quantidades homogêneas de capital e trabalho sobre uma porção fixa de terra sujeita a rendimentos decrescentes e a partir da qual extraiu conclusões gerais sobre a dinâmica da economia como um todo.

Para Ricardo, como para os demais autores clássicos, a taxa de lucro era a variável-chave que explicava todo comportamento da economia. A compreensão do progresso econômico dependia da compreensão das forças que influenciavam o comportamento da taxa de lucro da agricultura, que tendia a determinar, através dos preços dos alimentos e dos salários, a taxa de lucro da economia.

Ricardo formulou seu modelo com base no comportamento dos lucros na agricultura porque só na agricultura a mesma mercadoria figurava como insumo e como produto, facilitando o cálculo do lucro, ou seja, a análise dos lucros poderia ser feita em termos puramente quantitativos, sem referência a preços.

Apesar disso, Ricardo rejeitava o enfoque fisiocrata de que a agricultura era o único setor produtivo da economia. Para ele, a primazia da agricultura não era real, mas apenas analítica, e as conclusões obtidas de seu modelo agrícola poderiam valer para toda economia, pois o mercado tenderia a generalizar para toda economia o comportamento dos lucros na agricultura. Em outras palavras, a elevação dos custos e dos preços dos alimentos, provocada pelo cultivo de terras menos férteis, acarretava elevação dos salários industriais, o que provocava uma queda nos lucros deste setor. E a tendência de queda dos lucros da agricultura acabava por determinar a tendência de queda dos lucros dos demais setores da economia. A tendência de queda progressiva dos lucros, no longo prazo, fazia surgir a perspectiva de um estado estacionário.

Dessa forma, o modelo “agrícola” de Ricardo contém uma visão geral das forças que regulam a produção e a distribuição do produto social, bem como das forças propulsoras e bloqueadoras do crescimento econômico. Como ele mesmo afirmou:

Estas são as provas mais inequívocas de riqueza, prosperidade e população abundante em relação à fertilidade do solo. Os lucros gerais do capital dependem totalmente da última parcela do capital empregado na terra; por conseguinte, se os proprietários fundiários renunciassem ao total de suas rendas, não fariam com que se elevassem os lucros nem reduziriam os preços do cereal para o consumidor (Ricardo, 1978, p.207).

Como para Smith, também para Ricardo, o crescimento econômico não é indefinido, e seus limites brotam justamente da terra e dos recursos naturais. Ao contrário

da visão otimista dos fisiocratas, para Ricardo, a renda da terra resulta não da generosidade da terra, mas justamente de sua mesquinhez.

## 5 MARX E A SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA À “GRANDE INDÚSTRIA”

A partir de Marx, a agricultura passa a ter um papel subordinado não apenas ao capital industrial, como acentua expressamente, mas ao processo mais geral de valorização do capital, como se pode concluir de sua teoria do capital. E nessa posição subordinada, a agricultura deixa de ser quer o motor do desenvolvimento, como afirmava Quesnay, quer um entrave ao mesmo, como dizia Ricardo.

Com efeito, para Marx, a subordinação da agricultura à grande indústria resulta da penetração do capitalismo no campo, que vai transformando tanto a forma da propriedade da terra, como as relações de trabalho e a própria produção agrícola, inserindo o conjunto das atividades agrícolas no movimento mais amplo do processo de valorização do capital. Nas palavras de Marx: “Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalho assalariado” (Marx, 1984, p.101).

Analisando “o problema do camponês na França e na Alemanha”, Marx e Engels descrevem, com cores muito atuais, o processo do seu desaparecimento provocado pela penetração do capitalismo no campo. Antes, o camponês produzia com o auxílio de sua família quase tudo do que precisava para sua subsistência:

Era quase uma economia natural pura, em que a necessidade do dinheiro mal se fazia sentir. A produção capitalista pôs fim a isto, através da economia monetária e da grande indústria. ... Em resumo, nosso pequeno camponês, como todo resto de um modo de produção já caduco, está irremediavelmente condenado a desaparecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário. (Marx e Engels, sd, p.228).

Marx lembra que nas sociedades primitivas e mesmo na sociedade medieval, essencialmente rural, “o próprio capital ... possui ..., este caráter de propriedade fundiária”, mas na “sociedade burguesa acontece o contrário. A agricultura transforma-se mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital” (Marx, 1978, p.121). Nas sociedades agrícolas, em que domina a propriedade fundiária, preponderam a atividade relacionada com a natureza e os produtos da terra. Mas, “naquelas em que predomina o capital, o que prevalece é o elemento produzido social e historicamente. Não se compreende a renda da terra sem o capital”, pois o “capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo”. (Marx, 1978, p.122).

E nessas condições, o capital se torna tanto o ponto de partida como o ponto de chegada de toda a análise econômica.

À medida que o modo de produção capitalista domina a agricultura, passando-se de uma agricultura familiar de subsistência para uma agricultura capitalista, cujos produtos deixam de ter a natureza de simples alimentos, valores de uso, úteis para a vida, e se transformam em mercadorias, ou meios de produzir valores de troca, os atores econômicos também assumem novos papéis, de forma que

[O]s verdadeiros agricultores são assalariados, empregados de um capitalista, o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital, como investimento de seu capital numa esfera específica de produção. [...] Para nós, o arrendatário produz trigo, etc, como o fabricante produz fio ou máquinas. A suposição de que o modo de produção capitalista se assenhoureou da agricultura implica que ele domina todas as esferas da produção e da sociedade civil. (Marx, 1984, p.121 - 123).

Na verdade, a compreensão do papel da agricultura no pensamento de Marx deve dar-se a partir de seu próprio método de análise, ou seja, que a ordem lógica ou a hierarquia das categorias no modelo teórico de Marx não obedece à mesma seqüência da sua origem e desenvolvimento histórico.

Ao contrário, para Marx, um fenômeno só pode ser plenamente compreendido a partir de sua forma mais desenvolvida. “Anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”, ou seja, é só a partir das formas mais desenvolvidas que se podem compreender as menos desenvolvidas. Ora, isso implica que a ordenação lógica das categorias, isto é, seu grau de importância, sua hierarquia e subordinação, não necessariamente devem obedecer à ordem de seu aparecimento histórico. O lógico é a disposição das categorias não segundo sua história, mas segundo a lógica de seu desenvolvimento.

Assim, se a economia capitalista não é uma economia natural, mas uma economia que expressa a natureza e as leis do capital, é a partir do capital que podem ser entendidos os fatos históricos e as categorias que os expressam, mesmo que tenham surgido historicamente antes dele. Se a produção da mais-valia é a lei econômica fundamental do capitalismo, é a partir dela que todos os eventos históricos ganham significação. É isso que afirma Marx:

Nada parece mais natural, por exemplo, do que começar pela renda da terra, pela propriedade fundiária, dado que está ligada à terra, fonte de toda produção e de todo modo de ser, e por ela ligada à primeira forma de produção de qualquer sociedade que atingiu um certo grau de estabilidade - à agricultura. Ora, nada seria mais errôneo. [...] Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias

econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem, em que se sucedem, se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. [...] Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa” (Marx, 1978, p.121 - 122).

Como vemos, para Marx, a ordem histórica do desenvolvimento econômico não estabelece a hierarquia ou o peso de cada setor no âmbito da economia como um todo. Trata-se de ver a hierarquia das categorias na economia dominada pelas leis do capital, não pelas leis naturais. Dessa forma, embora a agricultura tenha sido o setor mais importante da economia e tenha contribuído decisivamente em fases precedentes do mesmo, quer fornecendo insumos e mão-de-obra, quer transferindo renda para o desenvolvimento urbano-industrial, no momento em que a agricultura familiar de subsistência se transforma em agricultura capitalista produtora de mercadorias, toda sua dinâmica passa a estar subordinada à lógica da produção capitalista, cujo objetivo é a acumulação e a valorização de capital.

Nessa perspectiva, a própria lógica e dinâmica da produção capitalista pode recriar formas antigas de produção, pequenas ou grandes, agricultura familiar ou camponesa, as quais podem se assemelhar às formas antigas, mas, na essência, não são as mesmas, pois que inseridas num novo contexto. É assim que pensa Marx o papel da agricultura tanto nas suas formas passadas como também nas suas formas atuais.

Após Marx, surge a teoria econômica neoclássica, que, além de abandonar a visão e elementos fundamentais da economia política clássica, fez também desaparecer completamente a agricultura como setor específico da análise econômica. Com o fim da teoria do valor trabalho e da estrutura analítica baseada em classes sociais, onde se distinguia a classe produtiva, desaparece também o conceito de excedente econômico. Seu esquema analítico se estrutura em torno dos chamados “fatores de produção”, constituídos pelo capital, pelo trabalho e pela terra.

Desse modo, a partir de Marx e do pensamento econômico neoclássico, por razões diferentes, a agricultura descaracteriza-se completamente como categoria analítica e deixa de ser analisada na história do pensamento econômico. O pensamento econômico “acadêmico” e seus modelos de desenvolvimento de corte neoclássico ou keynesiano não conferem qualquer relevância teórica à agricultura. Com isso, nosso objeto de estudo também teria se esgotado. No entanto, essa conclusão não parece ser totalmente verdadeira, uma vez que a agricultura não saiu totalmente do foco da aná-

lise econômica. Por um lado, ela se transformou numa questão permanente da política econômica e, por outro, sua discussão continuou, depois de Marx, dentro do pensamento marxista, onde assumiu a forma de “questão agrária”, desde o final do século XIX e início do século XX. A partir da década de 1950, o mesmo debate se desenvolve no âmbito do pensamento estruturalista da Cepal.

Por esse motivo, daqui para a frente, nossa investigação também muda o foco de seu objeto específico, passando a analisar o debate em torno da questão agrária em três momentos distintos, a saber: a discussão clássica, o debate da Cepal para a América Latina e o pensamento econômico brasileiro.

## 6 DA QUESTÃO AGRÍCOLA PARA A “QUESTÃO AGRÁRIA”

### A discussão clássica

No âmbito da discussão clássica da questão agrária, devemos atentar, antes de tudo, para as diferenças conceituais entre *questão agrícola* e *questão agrária*. Apesar da imbricação de suas manifestações, não se trata de mera diferença semântica, pois o tema remete a dois campos teóricos e analíticos bastante diferentes e, com frequência, conflitantes em termos políticos e ideológicos.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a questão agrícola relaciona-se mais fortemente às teorias de desenvolvimento econômico. Especialmente para as abordagens dualistas (ou funcionalistas), a questão agrícola é identificada com as condições econômicas e produtivas do *setor* agrícola em desempenhar certos papéis que lhe caberiam no processo desenvolvimentista. Como, em geral, essas vertentes vinculam e/ou identificam o desenvolvimento econômico com a industrialização e o setor agrícola é visto quase sempre como relativamente mais ineficiente e subordinado funcionalmente ao setor industrial, considerado mais dinâmico e carro-chefe do desenvolvimento econômico, cabe à agricultura desempenhar passivamente algumas funções econômicas e sociais, de modo a não obstruir o caminho da industrialização e da urbanização.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Tais funções seriam: a) o fornecimento de produtos alimentícios numa velocidade compatível à da urbanização e da formação dos trabalhadores urbanos, de modo a não pressionar o preço básico do trabalho (salário de subsistência); b) a oferta em escala adequada de matérias primas e insumos necessários para o parque industrial em expansão; c) a liberação de mão-de-obra para as atividades não rurais, em expansão com a industrialização crescente e; d) a geração de divisas em volumes suficientes para bancar a importação de insumos e máquinas necessários para a acumulação dinâmica do capital industrial. Os exemplos clássicos nessa vertente são os textos de Johnston, B.F. & Mellor, J.W (1961); Kuznets, S. (1964) e Lewis, W.A. (1970).

Nesse sentido, a questão agrícola diz respeito, fundamentalmente, à análise das condições produtivas e de rentabilidade relativa, enquanto “suporte funcional” à expansão do setor mais dinâmico da economia, o industrial. Convertem-se em temas analíticos primordiais da questão agrícola os relacionados à funcionalidade da estrutura produtiva do setor, tais como a capacidade de oferta agrícola, a composição regional e os tipos de produtos ofertados, a capacitação tecnológica do setor, os aspectos comerciais dos mercados domésticos ou internacionais. Ocorre a “crise agrícola” quando alguns desses papéis cruciais não são desempenhados plenamente, colocando em xeque o processo de desenvolvimento e de acumulação de capital.

Já a questão agrária é um tema teórico e analítico mais complexo, uma vez que trata historicamente das relações de produção no campo e das formas de expansão do capitalismo no campo. Esse tema pode ser mais bem sistematizado como debate clássico da questão agrária e da questão camponesa. De uma forma muito rudimentar, a divergência de fundo ocorre entre a denominada “Escola de Organização da Produção”, descendente dos pensadores populistas russos, do qual Alexander Chayanov era o principal expoente, e a corrente marxista liderada por Kautsky e Lênin.<sup>11</sup>

Chayanov centrou suas análises na lógica interna da produção camponesa e familiar, argumentando que se tratava de unidades de produção não regidas por categorias econômicas válidas para a economia capitalista, tais como renda da terra, lucro, salário. Assim, desde que a unidade produtiva familiar não contratasse trabalho assalariado, ela poderia permanecer à parte e “em equilíbrio” nos interstícios das relações produtivas capitalistas.<sup>12</sup> As leis gerais de acumulação do capital e da dissolução/transformação de sistemas produtivos não tipicamente capitalistas não seriam válidas para a economia familiar e camponesa.

Essas proposições vinham ao encontro das aspirações mais profundas dos populistas russos, para quem a economia rural e as instituições camponesas eram os baluartes contra o capitalismo, um “produto artificial”, estrangeiro e desvinculado das instituições e das tradições russas. Por essa razão, como a Rússia era um país agrícola, defendia uma transição direta entre o feudalismo do passado e o comunismo do futuro, evitando o estágio ocidental do capitalismo burguês.<sup>13</sup> Embora, num primeiro mo-

<sup>11</sup> Evidentemente o debate é mais complexo, passando inclusive por questões sobre as estratégias políticas quanto ao futuro do projeto socialista. Há importantes divergências entre Kautsky e Lênin nesse aspecto, mas não cabe aqui uma discussão mais profunda. Alguns dos textos mais representativos desse debate encontram-se em Graziano da Silva, J. & Stolcke, V. (1981)

<sup>12</sup> Ver o ensaio de Chayanov *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*, que está em Graziano da Silva, J. & Stolcke, V. (1981).

<sup>13</sup> Ver a introdução José Paulo Netto em Lênin, W. I. (1982).

mento, as posições populistas pudessem ser identificadas como progressistas, as transformações econômicas e sociais apontavam para a via capitalista, tornando inadequado esse tipo de visão teórica e política. As críticas vieram rápidas e profundas, especialmente dos marxistas.

No âmbito teórico e analítico marxista, a questão agrária é um tema de destaque, pois nela se imbricam os elementos constitutivos da interpretação teórica com os da dinâmica política e ideológica. As principais contribuições vieram especialmente de Kautsky<sup>14</sup> e de Lênin.<sup>15</sup> Para ambos os autores, as leis do capitalismo são tendências gerais, válidas para todos os setores; assim, não haveria razão para supor que a forma de produção camponesa e familiar ficasse incólume e/ou apresentasse qualidades ou atributos econômicos e sociais superiores no processo de expansão do capital.

Para Kautsky, a superioridade técnica da grande exploração era evidente, dado o maior potencial da sua divisão interna de trabalho e, portanto, dos ganhos de sua especialização produtiva. Nesse sentido, a *concorrência* capitalista impunha que a pequena produção não poderia existir isoladamente e que não haveria espaço para os proletários permanecerem no meio rural, devendo se empregar nas indústrias. Entendia que a agricultura, em razão das suas especificidades, não se desenvolvia de modo semelhante ao da indústria, não reproduzindo as leis gerais de desenvolvimento do sistema capitalista. Porém, essas especificidades apenas demonstravam que na agricultura o desenvolvimento do capitalismo pode ser mais diversificado.

Para Lênin, o processo de expansão do capitalismo era, concomitantemente, o de criação do mercado para a produção capitalista e um processo de destruição de estruturas socioeconômicas velhas e a criação de novas. Nas palavras de Lênin:

A transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção ..., ou seja, pressupõe seu 'empobrecimento', a sua 'ruína'. Sustenta-se que essa ruína 'reduz o poder de compra da população' e 'estreita o mercado interno' para o capitalismo... Os defensores dessa tese esquecem [...] que, para o mercado, o que importa não é o bem-estar do produtor, mas os seus meios pecuniários disponíveis; [...] Do ponto de vista teórico abstrato, a ruína dos pequenos produtores na sociedade em que a economia mercantil e capitalista se desenvolve significa... a criação e não a redução do mercado interno. (Lênin, 1982, p. 16).

Pelo exposto das diferentes posições sobre as questões agrícolas e agrárias, pode-se notar uma gama enorme e complexa de temas e críticas. Embora imbricadas em

<sup>14</sup> Com sua obra *A Questão Agrária*.

<sup>15</sup> Com sua obra: "*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*."

seus resultados (por exemplo, uma política agrícola *stricto sensu* pode ter implicações importantes nos aspectos estritamente agrários e vice-versa), as fontes teóricas são bastante diferentes. No que tange à questão agrícola, percebe-se que a preocupação dos estudos é mais fenomenológica, isto é, são pautados pelas evidências dos fluxos econômicos entre agricultura e a indústria ao longo do tempo, tendo como pano de fundo o arcabouço teórico dualista, ou, quando muito, sistêmico.<sup>16</sup>

No que diz respeito à questão agrária, embora não exclua *in totum* os aspectos mais gerais relacionados à problemática da questão agrícola, a agenda de pesquisa pautou-se por ser mais ampla, ao incorporar a análise das transformações das relações de produção no âmbito das unidades produtivas da agricultura e, mais ainda, ao problematizar se essas relações de produção seriam específicas do “mundo rural” (não necessariamente conceituado a partir da categoria modo de produção dominante), ou, diferentemente, estariam atreladas organicamente aos movimentos mais gerais e inexoráveis da evolução econômica e social do capital. Desse modo, especialmente no marxismo,

a questão agrária se apresenta de duas maneiras: como análise das relações de propriedade e de produção vigentes no campo, que mostram certa diferença das mesmas relações vigentes na indústria (questão agrária no sentido estrito); e como investigação das estruturas sociais, onde os camponeses se mostram como uma classe de transição, tanto no sentido histórico da transitoriedade, isto é, como formação econômico-social do feudalismo, mas que continua a existir no capitalismo, como no sentido estrutural da transitoriedade, ou seja, como classe social de transição entre a burguesia e o proletariado, as duas classes fundamentais do capitalismo (questão camponesa) (Michelli, 2001)<sup>17</sup>.

Em conclusão, podemos dizer que esses temas são fundamentais quando se discute o desenvolvimento do capitalismo agrário, apesar de ainda longe de ser resolvidos, inclusive no plano empírico e da realidade concreta da expansão capitalista das diferentes economias. Questões importantes estão ainda pendentes, como, por exemplo, as que dizem respeito a se a agricultura segue ou não as leis gerais do desenvolvimento capitalista proposto por Marx; se há evidências de uma superioridade dos aspectos técnicos e produtivos da grande produção capitalista em relação às menores, ou se é válida a idéia da especificidade da agricultura no processo de desenvolvimento capitalista (Kautsky); ou, ainda, se a categoria “produção familiar” é uma categoria analítica

<sup>16</sup> É interessante notar que Castro (1977) adverte que mesmo teses de inspiração marxista podem ser tratadas segundo esses esquemas, digamos, funcionalistas. Ver nota 33 da página 96 da referida obra.

<sup>17</sup> Texto disponível em <http://www.uem.br/~urutagua/03odair.htm>.

válida para uma elaboração de tipologias produtivas;<sup>18</sup> ou, mesmo, se essa “produção familiar” pode reproduzir-se econômica e socialmente independentemente do processo mais geral do capitalismo (Chayanov).

Finalmente, a questão mais candente e abrangente, é a da reforma agrária *latu sensu*, porque, de certo modo, perpassa os demais pontos anteriores, inclusive o da questão agrícola, e também porque continua, ao menos para nós, uma questão ainda não resolvida.

### O pensamento da Cepal<sup>19</sup>

“A tese central da Cepal ... destaca o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial, como um problema estrutural do setor agrícola ... que justificaria mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo” (Delgado, 2001, p.4).

Com efeito, a Cepal via nas condições de produção e na estrutura da propriedade fundiária obstáculos à realização desse processo de desenvolvimento e considerava a industrialização como o caminho mais rápido para superar a condição do subdesenvolvimento da América Latina. Prébisch foi um dos primeiros a apontar os entraves do setor agrícola como obstáculos ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, procura aproximar de sua análise teórica do desenvolvimento os problemas gerados pela estrutura agrária e os desequilíbrios gerados na produção agrícola. Assim, o estudo da questão agrária é inserido na análise do subdesenvolvimento periférico da América Latina.

Nesse contexto, a questão agrária e agrícola assumia a seguinte configuração: por um lado, a modernização do setor deveria dar-se através da mecanização, liberando mão-de-obra para a indústria; de outro, não havia capital suficiente na cidade que permitisse absorver essa população expulsa do campo. Portanto, a mecanização da agricultura, que poderia produzir alimentos para o consumo interno e para a exportação, gerava desemprego no campo e na cidade. Assim, na visão da Cepal, havia uma “incompatibilidade entre a estrutura agrária e o aumento da oferta agropecuária com liberação de mão-de-obra em dimensões necessárias ao crescimento industrial periférico” (Pellegrino, 2000, p.81).

<sup>18</sup> Lênin, por exemplo, não concordava com tal denominação: “a expressão ‘fundada no trabalho familiar’ não possui qualquer sentido político-econômico, e induz indiretamente ao erro. Ela carece de sentido porque, em cada uma das formas sociais que a economia pode assumir, o pequeno agricultor ‘trabalha’, seja a época em que ele vive caracterizada pela escravidão, servidão ou capitalismo. A expressão ‘fundada no trabalho familiar’ é um termo vago, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia, ...” (Lênin, 1980, p.17-8).

<sup>19</sup> Este tópico se baseia fundamentalmente nos textos de Pellegrino (2000) e Delgado (2001).

A estrutura da propriedade comportava tanto os latifúndios quanto os minifúndios e o seu funcionamento ajudava a perpetuar o desequilíbrio oriundo do setor agrícola, que afetava o desenvolvimento industrial.

Nos latifúndios, havia, por um lado, um baixo aproveitamento das terras, pela grande necessidade de capital para seu uso adequado, e, de outro, o cultivo da terra, através da mecanização, acentuava a tendência ao baixo aproveitamento do uso da mão-de-obra. Nos minifúndios, a atividade era feita com técnicas rudimentares de cultivo, combinadas com baixo nível de produtividade da mão-de-obra empregada. Ao mesmo tempo, a pequena propriedade também se mostrava incapaz de impedir a evasão, em virtude da sua incapacidade de dar condições mínimas de subsistência à população que ali morava e trabalhava.

Em suma, os latifúndios e os minifúndios, através da má utilização da mão-de-obra e da inadequada aplicação de técnicas para o cultivo das terras, contribuíam para o aumento do desemprego urbano e rural e para a manutenção da insuficiente oferta agropecuária para o mercado interno na fase da industrialização periférica. Somava-se a isso o baixo poder de acumulação de capital nesse setor, responsável pela reduzida taxa de investimentos destinados ao aumento da produção. Estava dado, pela Cepal, o diagnóstico dos desequilíbrios gerados no setor agrícola durante o período em questão (Pellegrino, 2000, p.82).

Para superar esses obstáculos, a Cepal apregoava políticas de transformação tanto na forma de produção agrícola, através da mecanização e do progresso técnico, como na estrutura da propriedade, através da tributação ou da reforma agrária, de forma a romper com as estruturas improdutivas que conspiravam contra a industrialização, o caminho mais curto e direto para o desenvolvimento. Finalmente, a Cepal recomendava a distribuição estratégica dos investimentos entre os setores modernos e os atrasados, de modo a poder formar no longo prazo uma estrutura produtiva moderna, diversificada e homogênea,

### O pensamento econômico brasileiro

Diversos autores brasileiros têm contribuído, desde as décadas de 1950/1960, para o debate da questão agrária no Brasil, com diferentes perspectivas analíticas. Essas contribuições estiveram associadas ao debate acerca dos rumos, das condições e possibilidades do desenvolvimento industrial.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que os temas pertinentes à questão agrícola estão mais presentes –mas não exclusivamente– nos textos da denominada “tese mo-

modernizante”, de forte inspiração teórica neoclássica.<sup>20</sup> Para essa corrente, cujo principal expoente é Ruy Miller Paiva, os aspectos sociais e de relações produtivas são pouco enfatizados. Esses aspectos não influenciariam o processo de desenvolvimento agrícola e da industrialização, mas seriam modificados em decorrência de introdução de novas tecnologias, através das forças de mercado, a quem caberia impor uma lógica ideal e auto-regulativa (“mecanismos de autocontrole”) no processo de modernização, que garantiria um curso equilibrado.<sup>21</sup>

O “dualismo produtivo” existente no campo brasileiro seria progressivamente eliminado pela difusão dos avanços tecnológicos, capacitando o setor agrícola para cumprir os seus clássicos papéis no processo de desenvolvimento econômico. Não haveria, nesse sentido, obstáculos insuperáveis de ordem social e, particularmente, de natureza agrária ao desenvolvimento. As estruturas produtivas não “tipicamente capitalistas” seriam absorvidas e retransformadas pelo avanço da racionalidade econômica no campo. Os estímulos de preços, crédito e de assistência técnica seriam poderosas forças para induzir a agricultura a executar as funções requeridas, sem passar por mudanças na estrutura agrária, especialmente na propriedade rural. Assim, as relações socioeconômicas seriam *resultantes* naturais do processo de difusão das inovações.

Nesse aspecto, Gonçalves, identificando a contribuição de Paiva com a corrente de “teóricos conservadores”, afirma: “Os conservadores aqui representados por Paiva (1968), apregoam uma história por fases inexoráveis, na qual, de uma situação originária arcaica, todos caminham indelevelmente para a modernidade, não importando as condições econômicas e sociais...esse processo é que determina as relações de classe e não as relações de classe determinam o processo” (Gonçalves, 1999, p.44).

Em consonância com a posição desses teóricos conservadores, como assinala Delgado (2001, p.8), Delfim Neto, e toda uma geração de economistas da USP, defende a tese da resposta funcional da oferta agrícola às pressões da demanda, contra o argumento da rigidez da oferta agrícola, devido à estrutura agrária, responsável pelas tensões inflacionárias e crises recorrentes de abastecimento. Nesse sentido, Delfim afirma que estrutura agrária não é problema para o crescimento, nem há necessidade de reforma agrária, mas, tão-somente, de ações pontuais e regionais onde o sistema agrário não responderia ao sistema de preços; assim, a agricultura precisa se modernizar e continuar cumprindo suas funções clássicas no desenvolvimento econômico. Conclui

<sup>20</sup> Como afirma Delgado (2001, p.2), “O pensamento liberal, livre cambista, adepto das vantagens comparativas do setor primário, comparece isoladamente neste debate, muito singularizado na figura de Eugênio Gudín e não como protagonista do pensamento dominante dos meios políticos e acadêmicos”.

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, o texto de Paiva (1968).

Delgado (2001, p.8) dizendo que essa proposta “corresponde na verdade a uma proposta de modernização sem reforma, ou com reforma apenas onde se comprovasse ineficiência da estrutura agrária”.

Diferentemente, os temas mais pertinentes à problemática agrária e seus vínculos com as questões agrícolas estão nos textos de inspiração marxista e/ou cepalina.<sup>22</sup> A obra, de 1963, de Alberto Passos Guimarães, *Quatro séculos de latifúndio*, é o ícone da denominada “vertente feudalista” das linhas clássicas de interpretação do desenvolvimento agrícola brasileiro progressista. Essa obra defendia que a estrutura agrária brasileira mantinha uma herança feudal importante e atrasada. Isso, por um lado, obstaculizava a industrialização e o desenvolvimento baseado no capital industrial pelo baixo dinamismo produtivo do latifúndio, por outro, impunha também relações sociais de dominação e de poder político muito assimétricas entre os latifundiários e os demais atores sociais no campo, limitando a expansão do mercado consumidor interno pelos baixos níveis de rendimentos desses (tais como salários, “meiada” etc). Assim, numa aproximação com o pensamento de Kautsky, a vertente feudalista defendia a especificidade produtiva da agricultura, propondo o “melhoramento das condições do trabalhador rural através da renda no campo...a alteração da propriedade da terra e o não-pagamento da renda da terra, já que esta transferia o excedente produtivo para o latifúndio e não para os operários agrícolas” (Paulillo, 1997, p.550).

Nesse tema, outras contribuições vieram com as obras de Ignácio Rangel, autor que entende que a agricultura brasileira seria pautada por uma dualidade nas relações produtivas e sociais. Na eclética obra de 1962, *A questão agrária brasileira*, Rangel incorpora contribuições cepalinas, keynesianas e marxista para demonstrar que o desenvolvimento brasileiro era articulado por uma dinâmica entre dois pólos produtivos e sociais complementares, mas em desarmonia no curso do processo de industrialização e, conseqüentemente, nos fluxos entre a agricultura e a indústria.

Para Rangel, a produção agrícola estava assentada historicamente no latifúndio, caracterizado internamente por relações sociais feudais – portanto, um pólo arcaico e atrasado –, mas que mantinha relações comerciais externas com o pólo dinâmico – os

---

<sup>22</sup> Não é nosso propósito aqui fazer uma discussão aprofundada das diversas correntes teóricas e analíticas existentes sobre o desenvolvimento agrícola no Brasil. Resenhas nesse sentido podem ser encontradas em Kageyama (1993), Paulillo (1997), Gonçalves (1999). formação dos trabalhadores urbanos, de modo a não pressionar o preço básico do trabalho (salário de subsistência); b) a oferta em escala adequada de matérias-primas e insumos necessários para o parque industrial em expansão; c) a liberação de mão-de-obra para as atividades não rurais, em expansão com a industrialização crescente e; d) a geração de divisas em volumes suficientes para bancar a importação de insumos e máquinas necessárias para a acumulação dinâmica do capital industrial. Os exemplos clássicos nessa vertente são os textos de Johnston, B.F. & Mellor, J.W (1961); Kuznets, S. (1964) e Lewis, W.A. (1970).

setores urbanos. O processo de industrialização, realizado sem uma reforma agrária prévia, induzia uma lógica em que o latifúndio era progressivamente invadido por relações mais comerciais e urbanas mais dinâmicas e transformado em modernas unidades agrícolas, criando, também, ao mesmo tempo, anomalias econômicas e sociais no sistema econômico como um todo. Isso se manifestava no processo inflacionário, nos altos preços da terra, no êxodo rural e, especialmente, no excedente estrutural de mão-de-obra da economia. Nesse sentido, embora o latifúndio não fosse um obstáculo absoluto ao processo de modernização – e, portanto, o autor não defende uma reforma agrária profunda –, a sua presença no processo industrializante levava a uma desarticulação estrutural. Esta deveria ser corrigida por políticas públicas efetivas, como, por exemplo, no mercado de mão-de-obra, políticas de preços mínimos, ou, mesmo, por uma política de distribuição de lotes de terra, que eliminariam barreiras importantes a um desenvolvimento capitalista mais equilibrado na agricultura.

Numa perspectiva diferente, temos as contribuições de Caio Prado Jr e as de Celso Furtado. Para Caio Prado, não haveria razão para supor a existência de restos feudais na agricultura brasileira, dado que a colonização brasileira ocorre sob a égide do capital comercial e da grande exploração rural. Essa posição, no entanto, não pretende negar as extremas desigualdades econômicas e sociais existentes no campo – que remontam à era escravista-colonial – e a submissão do trabalhador aos latifundiários. Para esse autor, o latifúndio não representaria um entrave ao desenvolvimento capitalista; assim, a solução dos problemas agrários não estaria na reforma agrária generalizada, mas na luta pela organização política pela melhoria das condições econômicas da população rural.

As contribuições de Celso Furtado aproximam-se das de Caio Prado no que diz respeito ao caráter capitalista da agricultura brasileira. Para Furtado, a colonização brasileira ocorreu sob a forma da “empresa agromercantil”, que sustentou tanto o núcleo dinâmico do desenvolvimento da economia – a estrutura agroexportadora, que gerava a maior parcela da renda agregada –, como também, ao mesmo tempo, o plano das relações sociais, gerando um sistema coercitivo e assimétrico de poder (concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terra) e heterogêneo em termos regionais e das relações produtivas. Essa raiz histórica fazia com que o Brasil divergisse do modelo clássico de desenvolvimento, em que reformas estruturais seriam desnecessárias. Com efeito:

[O] modelo clássico de desenvolvimento agrícola das economias capitalistas baseia-se na hipótese de que o crescimento da demanda de excedentes agrícolas e forte absorção de mão-de-obra rural pelas zonas

urbanas em níveis mais altos de salários são processos que ocorrem paralelamente. A elevação do custo da mão-de-obra e a redução relativa dos custos dos insumos agrícolas induzem o empresário agrícola à capitalização, abrindo-lhe a via do progresso técnico. O caso brasileiro diverge duplamente desse processo, pois as terras continuam a ser abundantes e a oferta de mão-de-obra permanece elástica no que respeita ao conjunto do setor agrícola. Em face dessa abundância de recursos, a extrema concentração da propriedade da terra permite à empresa agromercantil impor à população rural salário inferior (e) deprimir os salários urbanos e são estes que determinam a evolução da demanda de produtos agrícolas (Furtado, *apud* Gonçalves, 1999, p.40).

Essa lógica segue a linha estruturalista, na qual os fluxos de gasto/renda são os pilares analíticos das relações macroeconômicas do sistema econômico. Assim, um impedimento ao crescimento dos níveis salariais e das rendas urbanas atuaria no sentido de deprimir os efeitos sinérgicos e dinâmicos para o sistema econômico como um todo.

Desse modo, embora as questões propriamente agrícolas não fossem um tema central em sua obra, mas os problemas macroeconômicos gerais do desenvolvimento, as questões agrárias eram um fator estrutural de entrave e de distorção ao processo desenvolvimentista. Nesse plano, caberiam, inclusive, medidas radicais –como a reforma agrária, especialmente no Nordeste–, como forma de barrar o processo intrínseco de exclusão social existente no caso brasileiro.

## 7 CONCLUSÃO

A conclusão mais geral, talvez, que possa ser extraída do texto seja a de que a agricultura teve um tratamento específico e diferenciado ao longo da história do pensamento econômico.

Inicialmente, nas primeiras idéias econômicas, a agricultura era considerada uma atividade eticamente superior às demais, provavelmente por ainda desempenhar sua função “natural” de prover alimentos para a satisfação das necessidades da população. Nesse período, o comércio de bens e o de dinheiro era condenado por visar a um lucro comercial ou monetário. Dessa supremacia ética, a agricultura passa a merecer uma supremacia teórica na medida em que se constituía na única fonte do excedente econômico e da riqueza. A teoria econômica traduz, nessa fase, a idéia de uma ordem natural, cujas leis regem o sistema econômico.

Aqui, no âmbito e através da teoria fisiocrata, as leis da ordem natural da economia começam a ser substituídas pela ordem do mercado, que transforma a terra e seus produtos em mercadorias, sob o comando da lei do valor e da valorização do capital.

Nos autores clássicos, com o deslocamento da origem do excedente da terra para o trabalho, a agricultura perde a supremacia real e começa a subordinar-se à lógica do capital industrial, mas detém, ainda, a supremacia teórica e analítica. No modelo agrícola de Ricardo, são as condições de produção agrícola, refletidas no encarecimento dos alimentos, que vão determinar a queda dos lucros agrícolas e industriais e, com ela, a perspectiva do estado estacionário da economia.

No pensamento econômico neoclássico, a agricultura perde toda especificidade, figurando como um setor ao lado do capital e do trabalho. Qual a razão desse fato? Embora os autores neoclássicos não o esclareçam, pode-se deduzir que talvez seja o reconhecimento implícito do domínio do setor industrial, como já estava subentendido nos autores clássicos e aparece de forma explícita em Marx. Com efeito, para este autor, com o surgimento da “grande indústria”, a agricultura assume um papel subordinado na dinâmica econômica, em relação à qual deve desempenhar suas clássicas funções.

A partir daí, o debate teórico sobre a agricultura se prolonga como discussão da “questão agrária”, relacionada, fundamentalmente, com o problema do desenvolvimento das regiões atrasadas, especificamente na Rússia, na América Latina e no Brasil. No caso da Rússia, o debate envolvia autores populistas, que defendiam a preservação da produção familiar e camponesa, e autores marxistas, para os quais a penetração do capitalismo no campo implicaria a destruição e incorporação da agricultura camponesa na agricultura capitalista. Na América Latina, a Cepal centra o debate nos entraves colocados pelo atraso da agricultura e pela estrutura agrária ao desenvolvimento industrial. No Brasil, a discussão envolve, de um lado o pensamento liberal conservador, defendia uma “modernização sem reforma” da agricultura através da introdução do progresso técnico na produção agrícola, e de outro, autores marxistas e estruturalistas, para os quais a modernização da agricultura deveria passar por uma reforma das estruturas agrárias.

Em síntese, essa discussão final não deixa de recolocar a questão inicial, que percorre toda a história do pensamento econômico, qual seja, o seu papel no desenvolvimento da riqueza das nações.

**BIBLIOGRAFIA**

- BARBER, William J. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CASTRO, A. B. Agricultura e Desenvolvimento no Brasil. In: *Sete ensaio sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GONÇALVES, José Sidney. *Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira*. São Paulo: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1999.
- DELGADO, Guilherme C. *Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra. Um Estudo da Reflexão Agrária* (mimeo), 2001.
- DENIS, Henri. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Horizonte, 1987.
- GONÇALVES, J. S. *Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira*, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, São Paulo, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. & STOLCKE, V. (Orgs.) *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- JOHNSTON, B.F.; MELLOR, J. W. The role of agriculture in economic development. *American Economic Review*, Sept, 1961.
- KAGEYAMA, A. A Questão Agrária Brasileira: interpretações clássicas, In: *Reforma Agrária*. Campinas, 13 (3), set./dez. 1993.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KUNTZ, Rolf. *Capitalismo e natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LÊNIN, Wladimir I. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. Trad. de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Brasil Debates, 1980. (Coleção Alicerces)
- LÊNIN, Wladimir I. *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).
- LEWIS, A. O desenvolvimento econômico com oferta limitada de mão de obra. In: Agarwala, A.N. & Singh, S. P. (Org.). *A Economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forence, 1970.
- Marx, K; ENGELS, F. (sd:), *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega. (III Volumes)

- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- MARX, K. *Teorias da mais valia*. Rio de Janeiro: Difel, 1987.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores.)
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Economistas)
- MATTEI, L. Atualidades da teoria clássica sobre o capitalismo Agrário. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA POLÍTICA. Niterói, 1988.
- MICHELLI Jr, O. A Questão agrária no marxismo europeu: alguns apontamentos. *Revista Urutagua*, n. 3, Maringá, 2001.
- NAPOLEONI, C. *O valor na ciência econômica*. Lisboa: Presença, 1977.
- NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- PAIVA, R.M. O Mecanismo de autocontrole no processo de expansão da melhoria técnica da agricultura. *Revista Brasileira de Economia*, ano 22, n. 3, 1968.
- PAULLILO, L. F. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e rentes. In: BATALHA, M.O. *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, v.1, 1997.
- PELLEGRINO, Anderson C. G. T. As idéias da Cepal sobre a questão agrária latino-americana. *Revista de Economia*. Curitiba: Ed da UFPR, 2000.
- QUESNAY, F. Máximas Gerais do Governo Econômico de um reino agrícola. In: NAPOLEONI, Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1987. (Col. Os Economistas)
- RICARDO, David. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: NAPOLEONI Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1987. (Col. Os economistas)
- SOARES, P.T L. Questionando o questionamento aos clássicos do marxismo sobre a agricultura. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA POLÍTICA. Niterói, 1998.

## SYNOPSIS

### *THE AGRICULTURE AND AGRARIAN ISSUE IN THE HISTORY OF ECONOMIC THINKING THOUGHT*

*The paper analyzes the agriculture and the agrarian issue in the history of economic thought, highlighting their specificities and their problems in the evolution of the Economic Science. In this perspective, we aim to analyze the role of agriculture in the pre-history of Economic Science, in the Old and Middle Ages, its importance in the agricultural model of the Physiocratic School and in the Classical Political Economy. The paper focuses on the question of land rent in Ricardo's model. On Marx, the paper emphasizes the dominance of industry over agriculture. Finally, the paper analyzes the agrarian issue among Russian Populists and Marxists, in the Cepal and in the Brazilian economic thoughts.*

*Key words: economic thought, agriculture, agrarian issue*

## SINOPSIS

### *AGRICULTURA E PROBLEMA AGRARIO EN LA HISTORIA DEL PENSAMIENTO ECONÓMICO*

*El texto analiza la agricultura y el problema agrario en la historia del pensamiento económico, destacando su especificidad y sus problemas en el ámbito de la ciencia económica a lo largo de su evolución histórica. En esta perspectiva, se busca analizar el papel de la agricultura en la pre-historia de la ciencia económica, la antigüedad y medieval, su importancia en el modelo agrícola de la Escuela Fisiócrata y en la Economía Política clásica, con énfasis en el problema de la renta de la tierra del modelo de Ricardo. En Marx, la análisis destaca el dominio de la gran industria sobre la agricultura. La parte final analiza el debate del problema agrario entre populistas y marxistas rusos, en el ámbito de la CEPAL y en el pensamiento económico brasileiro.*

*Palabras de la llave: Pensamiento Económico. Agricultura. Problema agrario.*